

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.252 - SP (2019/0213780-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**SUSCITANTE** : **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A - MASSA FALIDA**  
**REPR. POR** : **LASPRO CONSULTORES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO - SP098628**  
                  **ALLISON DILLES DOS SANTOS PREDOLIN - SP285526**  
                  **Yael Anna Simha - SP140278**  
                  **GUSTAVO NAGALLI GUEDES DE CAMARGO - SP306029**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E**  
                  **RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 10ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ**  
**INTERES.** : **HUDSON CARLOS DA SILVA SANTOS**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, em que é suscitante o BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. – MASSA FALIDA – e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO – SP e o JUÍZO DA 10ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO – RJ.

O suscitante informa que, em 12 de agosto de 2015, foi decretada a falência do Banco Cruzeiro do Sul e que, em razão disso, todos os ativos da massa falida devem ser reunidos no juízo universal da falência. Dessa forma, requereu e teve concedida, pelo Juízo falimentar, a transferência dos valores depositados em contas judiciais (e-STJ fls. 4/6).

Alega que a Justiça do Trabalho se negou a transferir os valores de depósito recursal, o que caracteriza o conflito positivo de competência com o Juízo da falência (e-STJ fl. 7).

Postula, liminarmente, a imediata transferência dos valores depositados nos autos do Processo n. 0052400-94.2009.5.01.0010, em trâmite no Juízo trabalhista, para o Juízo falimentar. No mérito, pleiteia o reconhecimento da competência do Juízo falimentar e reitera o pedido referente à transferência do montante depositado no processo trabalhista para o Juízo falimentar (e-STJ fls. 15/17).

Liminar parcialmente concedida pela Presidência do STJ às fls. 154/156 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 158/160 (e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal pela competência do JUÍZO UNIVERSAL (e-STJ fls. 165/169).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, seguindo a orientação da Súmula n. 568/STJ, o relator pode decidir monocraticamente, de plano, o conflito de competência, quando exista jurisprudência dominante

do Tribunal sobre o tema.

É esse, precisamente, o caso dos autos. Existem decisões unipessoais em conflitos de competência envolvendo recuperações judiciais, falência e execuções trabalhistas da lavra de praticamente todos os ministros integrantes da Segunda Seção do STJ. Confirmam-se: CC n. 121.327/DF, Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 2/5/2012, CC n. 102.613/SP, Ministro MASSAMI UYEDA, DJe 7/10/2011, CC n. 118.574/SP, Ministro SIDNEI BENETI, DJe 27/10/2011, CC n. 118.524/SP, Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 4/5/2012, CC n. 120.454/SP, Ministra ISABEL GALLOTTI, DJe 30/4/2012, CC n. 116.410/SP, Ministro VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 27/4/2012, e CC n. 120.829/RJ, Ministro MARCO BUZZI, DJe 3/5/2012.

Na espécie, busca-se fixar o juízo competente para apreciar atos executivos em processo trabalhista ajuizado contra o BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. – MASSA FALIDA.

A legislação infraconstitucional atribui exclusividade ao juízo universal, onde se processa a falência, para a prática de atos de execução de seu patrimônio, inclusive trabalhistas, evitando a efetivação de medidas expropriatórias individuais.

A jurisprudência do STJ é pacífica quanto ao tema, conforme demonstram os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS APÓS A FASE DE ACERTAMENTO E LIQUIDAÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RETOMADA AUTOMÁTICA DAS EXECUÇÕES APÓS O FIM DO PRAZO DE 180 DIAS. NÃO CABIMENTO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, ultrapassada a fase de accertamento e liquidação dos créditos trabalhistas, cuja competência é da Justiça do Trabalho, os valores apurados deverão ser habilitados nos autos da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento (Decreto-Lei 7.661/45;

Lei 11.101/2005).

2. O entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC n. 130.138/GO, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/10/2013, DJe 21/11/2013.)

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADJUDICAÇÃO DO BEM, NA JUSTIÇA TRABALHISTA, DEPOIS DE DEFERIDO O PEDIDO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESFAZIMENTO DO ATO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.

1- A jurisprudência desta Corte assentou-se no sentido de que, decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial, as execuções contra o devedor não podem prosseguir, ainda que exista prévia penhora. Na hipótese de adjudicação posterior levada a efeito em juízo diverso, o ato deve ser desfeito, em razão da

# *Superior Tribunal de Justiça*

competência do juízo universal e da observância do princípio da preservação da empresa.

2- De acordo com o entendimento deste Tribunal Superior, admite-se a prorrogação do prazo suspensivo das ações e execuções ajuizadas em face da sociedade em crise econômico-financeira, previsto no art.

6º, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

3- Conflito de competência conhecido, declarada a competência do Juízo da Vara de Falência e Recuperações Judiciais e decretada a nulidade da adjudicação.

(CC n. 111.614/DF, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/6/2013, DJe 19/6/2013.)

Diante do exposto, CONHEÇO do presente conflito positivo de competência para DECLARAR COMPETENTE o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO – SP, com o intuito de dispor sobre atos executivos referentes ao patrimônio da massa falida.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator